

13/04/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 541.949 MINAS GERAIS

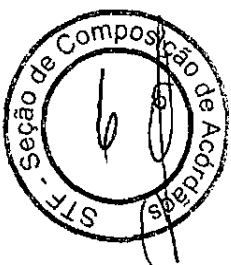
RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(s)	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S)	: ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - WALTER DO CARMO BARLETTA
AGDO.(A/S)	: NEYDE GUEDES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RODRIGO RABELO DE FARIA E OUTRO(A/S)

DEVIDO PROCESSO LEGAL – PROVENTOS – DIMINUIÇÃO – DIREITO DE DEFESA. A alteração de proventos de servidor público somente pode ocorrer oportunizando-se o direito de defesa, ou seja, instaurando-se processo administrativo.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL – DEVIDO PROCESSO LEGAL. Se, de um lado, é possível ter-se situação concreta em que transgredido o devido processo legal a ponto de se enquadrar o recurso extraordinário no permissivo que lhe é próprio, de outro, descabe confundir a ausência de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com a entrega de forma contrária aos interesses do recorrente.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em negar provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do



*Supremo Tribunal Federal*

**AI 541.949 AcR / MG**

relator e por unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 13 de abril de 2011.

**MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR**

13/04/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 541.949 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(s)	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S)	: ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - WALTER DO CARMO BARLETTA
AGDO.(A/S)	: NEYDE GUEDES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RODRIGO RABELO DE FARIA E OUTRO(A/S)

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Por meio da decisão de folhas 162 e 163, neguei provimento ao agravo, consignando:

**DEVIDO PROCESSO LEGAL -  
PROVENTOS - DIMINUIÇÃO -  
DIREITO DE DEFESA - AGRAVO  
DESPROVIDO.**

1. Na interposição deste agravo foram atendidos os pressupostos de recorribilidade que lhe são inerentes. A peça, subscrita por procurador do Estado, veio acompanhada dos documentos previstos no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, restando protocolada no prazo em dobro a que tem jus o agravante.

De início, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses defendidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para guindar conflito de interesses ao Supremo Tribunal Federal que se exaure, sob o ângulo da solução, na Corte de origem. A tentativa acaba por se fazer voltada à transformação do Supremo Tribunal Federal em

**AI 541.949 AcR / MG**

Corte meramente revisora das decisões dos demais tribunais do País. Na espécie, a Corte de origem procedeu a julgamento fundamentando, de forma consentânea com a ordem jurídica, a parte dispositiva da decisão.

No mais, conforme fez ver a Corte de origem, e insiste o Estado de Minas Gerais na óptica da legitimidade do ato praticado, a alteração dos proventos a que tiveram jus os agravados, suprimindo-se certas parcelas, e excluindo-se determinado período da contagem do tempo de serviço, não poderia ocorrer sem abrir-se oportunidade ao direito de defesa, ou seja, sem instaurar-se processo administrativo a respeito. É hora de o Estado (gênero) atinar para o afastamento do cenário jurídico-constitucional de posição de absoluta supremacia, considerada a relação jurídica mantida com o servidor, quer se encontre em atividade, ou não. Situações constituídas hão de merecer, diante da presunção de legitimidade, análise segura, viabilizado o direito de defesa.

2. Conheço deste agravo e o desprovejo.

3. Publique-se.

O Estado de Minas Gerais, na minuta de folha 166 a 171, sustenta estar a decisão atacada em desacordo com o entendimento do Supremo, no que tange à possibilidade da Administração Pública rever seus atos, a teor do Verbete nº 473 da Súmula deste Tribunal. Evoca precedentes no sentido de demonstrar a legalidade de revisão de aposentadorias sem a instauração de processo administrativo, quando o ato administrativo foi inquinado de nulidade. Alude à ausência de caráter protelatório do agravo, o que inviabilizaria a cominação de multa por litigância de má-fé.

A parte agravada, apesar de intimada, não apresentou contraminuta (certidão de folha 174).

É o relatório.

13/04/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 541.949 MINAS GERAIS

**VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Na interposição deste agravo, observaram-se os pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por procurador estadual, foi protocolada no prazo legal. Conheço.

A argumentação do agravante não merece prosperar. Atentem para as premissas do que decidido na origem. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assentou a inviabilidade do Poder Público “unilateralmente e sem prévio procedimento administrativo”, modificar “ato administrativo anterior que concedeu os benefícios às requerentes”, tendo em vista que “as autoras aposentaram-se, antes da promulgação da Constituição da República de 1988, com direito à percepção de seus vencimentos, incluídas vantagens e gratificação reclamadas, situação esta que acabou por ser desrespeitada pelo ato praticado pelo requerido”, porquanto “revelando-se atos jurídicos perfeitos aqueles referentes às aposentadorias das autoras”. Confiram à folha 83. Consigne-se que, em sede excepcional, atua-se à luz das premissas do acórdão recorrido.

No mais, registro não equivaler à negativa de prestação jurisdicional o julgamento fundamentado da controvérsia, mas contrário aos interesses da parte.

Ante o quadro, desprovejo o regimental.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 541.949**

PROCED. : MINAS GERAIS

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

AGTE.(S) : ESTADO DE MINAS GERAIS

ADV.(A/S) : ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - WALTER DO CARMO  
BARLETTA

AGDO.(A/S) : NEYDE GUEDES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : RODRIGO RABELO DE FARIA E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 13.4.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian  
Coordenadora